



JORNAL OFICIAL

Município de vista serrana - Estado da Paraíba

Lei nº. 003, de 30/11/94

Segunda-Feira, 11 de julho de 2022

Tiragem: Especial

DECRETO Nº 10 _____ 11 DE JULHO DE 2022

REGULAMENTA O DISPOSTO NO ART. 20 DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, PARA ESTABELECE O ENQUADRAMENTO DOS BENS DE CONSUMO ADQUIRIDOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS DAS ESTRUTURAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NAS CATEGORIAS DE QUALIDADE COMUM E DE LUXO.

O prefeito municipal de vista serrana, estado da paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, inciso i, e alíneas, inciso ii, e alíneas, da lei orgânica do município de nº 003 de 30 de novembro de 1994;

Considerando que o art. 20, caput, da lei federal nº 14.133/2021, determina que os itens de consumo adquiridos pela administração pública deverão ser de qualidade comum, vedando a aquisição de artigos de luxo; e

Considerando a necessidade de uniformizar, neste particular, a aplicação da lei federal nº 14.133/2021 no âmbito da administração pública direta, do município de vista serrana; **DECRETA:**

OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º este decreto regulamenta o disposto no art. 20 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública municipal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

Parágrafo único. este decreto aplica-se às contratações realizadas por outros entes federativos com a utilização de recursos da união oriundos de transferências voluntárias.

DEFINIÇÕES

Art. 2º para fins do disposto neste decreto, considera-se:

i- **BEM DE LUXO** - Bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:

- A) Ostentação;
- B) Opulência;
- C) Forte Apelo Estético; Ou
- D) Requite;

ii- Bem de qualidade comum -bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda;

iii- Bem de consumo -todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:

a) Durabilidade -em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;

b) Fragilidade -facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;

c) Perecibilidade -sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;

d) Incorporabilidade -destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou

e) Transformabilidade-adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem; e

iv - Elasticidade-renda da demanda -razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média.

CLASSIFICAÇÃO DE BENS

Art. 3º o ente público considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso i do caput do art. 2º:

i-Relatividade econômica -variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem; e

ii-Relatividade temporal -mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:

- a) Evolução tecnológica;
- b) Tendências sociais;
- c) Alterações de disponibilidade no mercado; e
- d) Modificações no processo de suprimento logístico.

Art. 4º não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso i do caput do art. 2º:

i-For adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou

ii-Tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE BENS DE LUXO

art. 5º é vedada a aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, nos termos do disposto neste decreto.

BENS DE LUXO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Art. 6º as unidades de contratação dos órgãos e das entidades, em conjunto com as unidades técnicas, identificarão os bens de consumo de luxo constantes dos documentos de formalização de demandas antes da elaboração do plano de contratações anual de que trata o inciso vii do caput do art. 12 da lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. na hipótese de identificação de demandas por bens de consumo de luxo, nos termos do disposto no



JORNAL OFICIAL

Município de vista serrana - Estado da Paraíba

Lei nº. 003, de 30/11/94

Segunda-Feira, 11 de julho de 2022

Tiragem: Especial

caput, os documentos de formalização de demandas retornarão aos setores requisitantes para supressão ou substituição dos bens demandados.

NORMAS COMPLEMENTARES

Art. 7º O secretário municipal de administração poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste decreto.

VIGÊNCIA

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Registre-se, publique-se, revogam-se as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VISTA SERRANA – ESTADO DA PARAÍBA, 11 DE JULHO DE 2022


Sérgio Garcia da Nobrega
Prefeito Constitucional